MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata N.º 14/2015
Sessão Extraordinária de 29 de Dezembro

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze pelas dezoito horas e cinco minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------
---

18 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Rebeca Porto Martins, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, João Alberto Gonzalez Pedroso, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás (em substituição de Hermes Luis de Brito Alberto), Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes, José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente); ----------
---

15 Deputados Municipais do PSD - Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Fábio Manuel da Silva Bota, Irina Alexandra Mendes Martins, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária),Tiago Rodrigues Coelho (em substituição de Adérito Custódio Cavaco), Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de

Alte), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); ----------

1 Deputado Municipal do BE - Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);----------

1 Deputado Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;----------

Os Vereadores do PSD, Paulo Viegas Martins, Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro, ----------

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: Emilia Moleiro Victor.----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os Deputados Municipais do PS, Hermes Luis de Brito Alberto, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dinarte Luis Brás.----------

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.----------

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador

Os Deputados Municipais do PSD, Adérito Custódio Cavaco, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária) tendo os mesmos sido substituídos respetivamente.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente.----------
---
Faltaram sem ter apresentado justificação de falta:----------
---
O Deputado Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil).----------
---
---------- Ordem de Trabalhos----------
1- Intervenção do Público; ----------
2- Período de Antes da Ordem do Dia;----------
3- Moções e Recomendações;----------
-Moção para a suspensão imediata das portagens na Via do Infante, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;----------
-Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da enfermeira Telma Mendes, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;------
4- Período da Ordem do Dia;----------
---
a)- Proposta 64/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização das Atividades da INERTEGARVE, LDA - Extração de Inerte - Triagem, valorização e reciclagem de resíduos de Construção Civil e Demolição (inertes), para efeitos do previsto na alínea a) do n.°4 do artigo 5.° do D.L n.°165/2014, de 05.11, conjugado com o disposto na alínea j) do n.°2 do artigo 25.° da Lei n.°75/2013, de 12/09;----------
---
b)- Proposta 65/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização da Atividade de produção de Aguardente de Medronho (CAE 11012- Aguardentes não preparadas, produção ATÉ, 100L/ano) - Sítio dos Cavalos - Freguesia do Ameixial - Entrada n.° 12601/2015/DUE - José Manuel Fernandes Costa, para efeitos do Regime Excecional de Realização prevista no Dec.Lei n.°165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e no despacho do Diretor do Departamento de Planeamento e

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Administração do Território;----------
---

c)- Proposta 66/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Operação de Regularização do Estabelecimento Industrial (CAE 31010, 25110, 27400 e 31091) - Cascalheira - Freguesia de Quarteira - Entrada n.º 12538DV/2015 - VINILCONSTA - Publicidade e Serviços S.A, para efeitos do Regime Excecional de Realização prevista no Dec.Lei n.º 165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e nos despachos da Chefe da Divisão de Urbanização e Edificação e do Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território;----------
---

d)- Proposta 67/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Regularização do Estabelecimento Industrial "ADEGA DA CRUZ ALTA" (CAE 11021 - Produção de Vinhos) - Sítio do Lavajo - Freguesia de Salir - Entrada n.º2079/15DV - BICPINA-TURISMO, LDA, para efeitos do Regime Excecional de Realização prevista no Dec.Lei n.º165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e nos despachos da Chefe de Divisão de Urbanização e Edificação e do Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território;----------
---

e)- Proposta 68/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Aterro Sanitário do Sotavento ALGAR, SA para ocupação de solos da REN, para efeitos do previsto no n.º1 do artigo 21.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei n.º166/2008, de 22 de Agosto, na redação atual);----------
---

f)- Proposta 69/2015- Deliberação relativa ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.º1 do art.º 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual;----------
---

g)- Proposta 70/2015- Deliberação relativa ao Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual;----------

---

h)- Proposta 71/2015- Deliberação relativa ao Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais da INFRALOBO, E.M., para efeitos do previsto na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro;----------

---

i)- Proposta 72/2015- Deliberação relativa à Assunção de Compromisso Plurianual para a Celebração de Protocolo de Cooperação para a animação da Zona de Intervenção da Estratégia de desenvolvimento local para o "Interior do Algarve Central" e atribuição de comparticipação financeira à Associação IN LOCO, conforme previsto no artigo 6.° da Lei n.°8/2012, de 21 de Fevereiro na sua redação atual;----------

---

j)- Apreciação da Informação relativa à Proposta de Extinção do Procedimento Concursal de Recrutamento e Seleção para Provimento em Regime de Comissão de Serviços no Cargo de Direção Superior de 1.° Grau Diretor Municipal de Administração Geral, publicado no Diário da República, n.°43, 2.ª Série, de 03 de Março de 2015, pelo aviso N.°2339/2015 e na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta N.°OE201503/0009.----------

---

Nota: Esta Sessão terá uma duração máxima de 2h30 (18:00-20:30)--

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou todos os presentes que esta sessão terá apenas uma duração limitada de 2h30, uma vez que vários deputados têm outros compromissos com reuniões agendadas para hoje

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

como é o caso de Assembleias de Freguesia.----------

1-Intervenção do Público;----------

Não se verificou quaisquer pedido de intervenção por parte do público.------
---

Entrou-se de imediato no Período de Antes da Ordem do Dia.----------
---

2- Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu para usar da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, questionando se era possível ter acesso aos documentos que serviram de base para decretar os 2 meses de suspensão do Veterinário Municipal. Questionou ainda se já existe um técnico substituto para o concelho. Por fim lamentou a morte de um cidadão algarvio por falta de assistência médica no Hospital de Coimbra.----------
---

Em seguida o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, questionou igualmente o Executivo sobre o que tinha sido resolvido na suspensão a aplicar ao Veterinário Municipal. Questionou ainda a senhora Vereadora, Ana Machado, sobre o motivo que leva a que na escola primária de Boliqueime se encontra sem atividades extra-curriculares de informática desde o início do ano letivo.----------
---

Seguidamente o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, congratulou-se com as festividades Natalicias no concelho de Loulé e fez votos para que 2016 seja um ano bom em que o Governo traga uma solução para o problema dos cidadãos portugueses.----------
---

O senhor **Deputado Felizardo Pinto (PSD)**, desejou um feliz Natal a todos os presentes. Referiu ainda que a limpeza da avenida continua por fazer e uma vez que a mesma vai ter um nome novo, a placa diz Avenida Sá Carneiro e questionou onde começa e onde acaba a avenida. Disse ainda que a iluminação natalícia não chegou à cidade de Quarteira.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Usou da palavra a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que elogiou o Executivo com Loulé "Cidade Europeia do Desporto" que terminou, fazendo um balanço positivo das várias atividades desportivas diversificadas e fazendo votos para que se continue a incentivar o desporto no concelho de Loulé.----------
---

A senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, questionou o Executivo sobre o porquê de não haver nenhuma comemoração da Passagem de Ano em Loulé, se todos os anos há um evento nesta data em Quarteira e se existe alguma possibilidade de futuramente este evento ter lugar em Loulé.----------
---

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, começou por desejar votos de Boas Festas para todos. De seguida respondeu às questões levantadas, começando pela situação do Veterinário Municipal, referindo que foi instaurado um processo disciplinar, terminado com uma proposta, aprovada por maioria, de suspensão por 60 dias, sendo providenciada a sua substituição, pelo Veterinário Municipal de Alcoutim. O Veterinário Municipal não concordou com a pena aplicada decidida pelo Executivo Municipal e recorreu, e por outro lado interpôs uma providência cautelar que suspendeu a eficácia da deliberação do executivo Camarário. O veterinário irá regressar às suas funções porque a lei assim o impõe. Se a lei permitir a Ata poderá ser consultada, mas como o processo está ainda a decorrer de momento não é possível consultar o processo.----------
Respondendo ao senhor deputado Felizardo Pinto, referiu que foi feita uma obra notável que tinha ficado "pendurada 4 anos" do anterior Executivo, por ineficácia e por falta de vontade. Disse ainda que o senhor deputado deveria estar feliz por finalmente Quarteira, terminadas aquelas 2 obras que elevam a qualidade do espaço urbano em Quarteira. Referiu ainda que o nome a atribuir aquela Avenida (Avª da Fonte Santa) que vai do prolongamento do Parque de Campismo até à Fonte Santa, é o nome adequado, porque aquela zona sempre foi conhecida como tal.----------
Quanto ao nome da Avenida Papa Francisco, existe alguma contestação da bancada do PSD ao nome proposto, mas na altura quando foram atribuídos os nomes de Rua Stutegard e Copenhagen, na altura ninguém contestou.-----
Falou ainda sobre a iluminação de Natal em Quarteira e Almancil que este ano tinha sido reforçada.----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Quanto à intervenção da senhora deputada Carla Gomes, referiu que existe no concelho de Loulé festividades muito importantes, que levam longe o município de Loulé, e não pode ser realizada uma festa em cada cidade o Executivo tem que fazer opções, em Loulé há a Noite Branca de 2 em 2 anos, o Festival Med, o Carnaval, a Aldeia dos Sonhos. Em Quarteira há a Passagem de Ano e as Marchas Populares.----------

Usou da palavra a senhora **Vereadora Ana Machado**, que começou igualmente por desejar Boas Festas a todos os presentes. Informou que desconhecia esta situação, das atividades extra-curriculares, que são da competência e sempre foram assumidas pelo agrupamento. Disse que iria averiguar o que teria originado tal situação.----------

Interveio novamente o senhor **Deputado Felizardo Pinto (PSD)**, questionando se a Avenida estava terminada ou não, porque o senhor Presidente tinha acabado de dizer que estava mas que não tinha nome. Disse ainda que não tinha notado qualquer diferença na iluminação de Natal em Quarteira.----------

Seguidamente interveio o senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que se congratulou pela finalização da obra na Rua Serpa Pinto, obra essa projetada pelo anterior Executivo, lamentando um pouco de atraso na conclusão da mesma. Questionou se o projeto da Rua do Cemitério já se encontra concluído e se a obra terá início no próximo ano. Outra questão tem a ver com o saneamento do Monte Seco e questiona se a mesma contempla a rede de esgotos ou só a água.----------

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, primeiramente ao senhor deputado Felizardo Pinto, que a Avenida que terá sob proposta do Executivo o nome de Fonte Santa, começará onde teve início esta obra, e ficará compreendida entre a rotunda onde se localiza o antigo restaurante Marufo até ao Parque de Campismo que é onde começa a intervenção desta avenida que foi feita agora. A obra da Rua do Cemitério foi interrompida porque o projeto inicial não contemplava rede de esgotos. Esclareceu ainda que em 12 anos o anterior Executivo não a remodelou e agora as infra-

estruturas foram todas remodeladas, razão porque esta obra da Rua Serpa Pinto, levou mais tempo na sua conclusão.----------
Quanto ao saneamento do Monte Seco, vai levar algum tempo a ser executado, a seu tempo será feito, o projeto vai ser estudado e há que ponderar o investimento. Serão resolvidos os problemas dos munícipes, queles que tiverem solução.----------
---
Entrou-se no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.----------

3- Moções e Recomendações;----------
Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento da enfermeira Telma Mendes, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;---------
---
Para apresentar este **Voto de Pesar**, usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que esta proposta foi apresentada no dia 14/12/15 e fez a leitura da mesma e solicitou aos restantes Grupos Parlamentares que se associem a este Voto de Pesar.----------
---
O senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, lamentou profundamente este desaparecimento tão prematuro desta jovem profissional e associou-se a esta manifestação de Pesar pública e em particular para a família. Lamentou igualmente a morte recente do solicitador João Iria que dedicou parte da sua vida a ajudar os outros, e é sempre uma perda para todos nós ver desaparecer assim as pessoas que marcam a nossa sociedade, pelo seu empenho em ajudar os outros.----------
---
Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir)**, prestando o seu testemunho sobre o empenho da enfermeira Telma, que foi um exemplo na área da saúde, nos cuidados que prestava aos seus pacientes, sempre com um sorriso. Manifestou a sua intenção de prestar uma homenagem no Centro de Saúde que ficasse para a posteridade.----------
---
O senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, propôs que se fizesse 1 minuto de silêncio.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Foi de seguida feito **1 minuto de silêncio pelo falecimento da Enfermeira Telma Mendes.**----------
---

Passou-se à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.-
---

Moção para a suspensão imediata das portagens na Via do Infante, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, para fazer a apresentação desta Moção, sobre a suspensão imediata das Portagens na Via do Infante.----------
---

O senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, propôs aos preponentes que alterassem na nota final que esta Moção seja enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Economia, ao Ministro do Planeamento e Infra-estruturas e Comunicação Social.----------
---

Interveio o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, dizendo que a Bancada do PSD, sempre foi contra a cobrança das portagens na A22, mas admitindo que foi o seu Governo na altura PSD-CDS que começou com a cobrança, mas tinha sido no governo do PS que foi implementada esta medida. Disse ainda que apesar de discordar de partes do texto, por omitir o corresponsável nesse facto. Irá votar favoravelmente porque é uma questão de princípios, que o PSD é conta a cobrança das referidas portagens, não só o valor da portagem como a forma da sua cobrança.--------
---

Seguidamente o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, disse que quem não quer votar não vota e a sua bancada não irá mendigar o voto por unanimidade.----------
---

Seguidamente o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dirigindo-se ao senhor deputado Gilberto de Sousa, disse que o PSD e o CDS quando chegaram ao Governo poderiam ter alterado esta situação.----------
---

Usou de novo a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo

que esta causa diz respeito aos algarvios e que deveriam ser postas de parte as diferenças ideológicas de cada partido.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse que por defender o interesse da região é que a sua bancada irá votar favoravelmente esta Moção, independentemente de não concordar com algumas partes do texto.----------
---

A senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, referiu que a sua bancada sempre foi contra a introdução das portagens, e que sempre durante o debate sobre a introdução das portagens, os diferentes partidos na Assembleia da República tiveram a sua culpa na criação e mantimento das portagens. Hoje aqui está-se a votar contra a abolição imediata das portagens e que independentemente do que está no texto da Moção o que conta é acabar imediatamente com as Portagens e a requalificação da EN 125.----------
---

A **Moção** foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----
---

Passou-se ao ponto seguinte.----------

4- Período da Ordem do Dia:----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que no Período da Ordem do Dia, existe um conjunto de deliberações relativas ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal, sugerindo aos senhores deputados que pudessem ser apreciadas em conjunto as 4 primeiras propostas n.º64, n.º65, n.º66, n.º67 com votação em separado. A proposta n.º 68, por ter caraterísticas diferentes será votada à parte.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que referiu que se as pessoas tivessem mais acesso à informação, se soubessem que com este Decreto-Lei 165/14 de 05 de Novembro, poderiam resolver mais situações. Disse ainda que o Executivo através da ANMP deveria tentar a prorrogação deste Decreto e informar os interessados do interesse na legalização destes projetos, sendo injusto aprovar alguns e ficando outros de fora. Teceu alguns considerandos sobre o percurso do projeto da

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

INERTEGARVE, da produção da Aguardente de Medronho na Freguesia do Ameixial, da ADEGA DA CRUZ ALTA e da VINILCONSTA, referindo desde já que irá votar contra esta última.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse que a Bancada do PSD, irá votar favoravelmente, estas propostas do Executivo.

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que relativamente a estas propostas, disse que as informações que as acompanham, deveriam ter sido mais pormenorizadas, relativamente às localizações de algumas estruturas. Por último, questionou o Executivo acerca da existência ou não, por parte da Câmara, de algum tipo de acompanhamento/fiscalização, após o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para que não haja nenhum tipo de aproveitamento, ou mudança de atividade, para o qual ele foi concedido, ou para outro tipo de construções.--
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que concordou com a proposta feita pelo senhor Deputado Fernando Santos (PS), de o Executivo Camarário interceder junto da Associação Nacional de Municípios, para que esta Associação tente junto do Governo, a prorrogação por 3 ou 6 meses, do prazo deste Dec. Lei n.º 165/2014, porque não houve uma grande divulgação de informação, junto dos operadores industriais, sobretudo junto dos pequenos, e existem muitos que têm situações por regularizar, porque não tiveram conhecimento.----------
---

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Orlando Baptista (PS)**, que quis fazer uma ressalva, nestas 4 propostas, o que é verificado é o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, nas áreas onde estão.------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que sobre estas propostas, começou por dizer que o Reconhecimento do Interesse Público Municipal, não significa por esse facto, de que estas atividades e aquilo que foi lá construído, fique aprovado. Isto é apenas o ponto de partida para a organização de um processo, em cada um destes casos, que percorrerá os seus trâmites próprios. Uns irão à CCDR, outros irão à Reserva Agrícola, outros a outras Instâncias Governamentais, e serão

acompanhados na CML. São empresas que estão em laboração, o caso da INERTEGARVE, LDA, é uma resposta a um problema sério, pelo que, se deve dar a oportunidade às empresas, de regularizarem as suas situações. É verdade que houve processos que estavam pouco documentados e instruídos, mas isso deveu-se à falta de tempo, devido à aproximação do términus do prazo concedido. Relativamente à empresa VINILCONSTA - Publicidade e Serviços S.A., disse que houve um erro, que teve a ver com a CAE, erro esse que foi corrigido. Por fim, disse que haverá uma diligência por parte da CML junto da Associação Nacional de Municípios, para que este diploma legal, que é de exceção, possa ser prorrogado, porque há muitas empresas que não tiveram conhecimento desta possibilidade para poderem regularizar a sua situação. ----------

---

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou as propostas a votação, separadamente;----------

---

a)- Proposta 64/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização das Atividades da INERTEGARVE, LDA - Extração de Inerte- Triagem, valorização e reciclagem de resíduos de Construção Civil e Demolição (inertes), para efeitos do previsto na alínea a) do n.°4 do artigo 5.° do D.L n.°165/2014, de 05.11, conjugado com o disposto na alínea j) do n.°2 do artigo 25.° da Lei n.°75/2013, de 12/09, foi **aprovada por maioria,** com 34 votos a favor e 1 abstenção (PS).----------

---

b)- Proposta 65/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização da Atividade de produção de Aguardente de Medronho (CAE 11012 - Aguardentes não preparadas, produção ATÁ, 100L/ano) - Sítio dos Cavalos - Freguesia do Ameixial - Entrada n.° 12601/2015/DUE - Jose Manuel Fernandes Costa, para efeitos do Regime Excecional de Realização prevista no Dec.Lei n.°165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e no despacho do Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território, foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

c)- Proposta 66/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Operação de Regularização do Estabelecimento Industrial (CAE 31010, 25110, 27400 e 31091) - Cascalheira - Freguesia de Quarteira - Entrada n.°12538DV/2015 - VINILCONSTA - Publicidade e Serviços S.A, para efeitos do Regime Excecional de Realização prevista no Dec.Lei n.°165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e nos despachos da Chefe da Divisão de Urbanização e Edificação e do Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território, foi **aprovada por maioria**, com 30 votos a favor, 2 votos contra (PS) e 3 abstenções (PS).----------
---

d)- Proposta 67/2015 - Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Regularização do Estabelecimento Industrial "ADEGA DA CRUZ ALTA" (CAE 11021 - Produção de Vinhos) - Sitio do Lavajo - Freguesia de Salir - Entrada n.° 2079/15DV-BICPINA-Turismo, LDA, para efeitos do Regime Excecional de realização prevista no Dec. Lei n.° 165/14 de 05 de Novembro, atento ao exposto na Informação técnica da Divisão de Urbanização e Edificação e nos despachos da Chefe de Divisão de Urbanização e Edificação e do Diretor do Departamento de Planeamento e Administração do Território, foi **aprovada por maioria**, com 34 votos a favor e 1 abstenção (PS).----------
---

e)- Proposta 68/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Aterro Sanitário do Sotavento ALGAR, SA para ocupação de solos da REN, para efeitos do previsto no n.°1 do artigo 21.° do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto-Lei n.° 166/2008, de 22 de Agosto, na redação atual);----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que sobre esta proposta disse que este processo não tem nada a ver com os anteriores, não está abrangido pelo Dec. Lei n.° 165/2014. Este processo, em 1997, tinha um conjunto de contrapartidas para a CML, entre elas a Variante Norte e o desenvolvimento de infraestruturas junto ao Aterro. A Variante Norte foi concluída, as infraestruturas foram feitas, mas decorridos quase 20 anos,

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

não estão ligadas, e as populações mencionadas no acordo, acordo que deveria ter sido cumprido, mas que não foi, devido a problemas burocráticos da ALGAR, não beneficiaram, até hoje, dessas infraestruturas. No seu entender, e face a esta situação, e aos compromissos não assumidos pela ALGAR, recomendou a retirada desta proposta, e aconselhou que o Executivo, junto da ALGAR, fizesse as todas as diligências, perante a recomendação da Assembleia Municipal, que esta empresa cumpra com aquilo a que se subscreveu. E depois, da ALGAR assumir os seus compromissos, e comprometer-se com a regularização desta situação, que se arrasta há 17 anos, trazer novamente esta proposta à Assembleia Municipal, para aprovação.----------
---

De seguida, usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que no seguimento do que foi dito pelo senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que concordava que esta proposta fosse retirada de votação, nesta sessão.----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que relativamente a esta proposta disse que, havia um aspeto, de que não estava convicto de que teria ser aprovado pela Assembleia Municipal. A legislação evocada no requerimento da ALGAR, necessita de uma Declaração de Ações Relevantes de Interesse Público por despacho conjunto dos Membros do Governo, que tutelam as respetivas áreas. Para além deste aspeto, disse que ainda há outros que merecem alguma reflexão. O protocolo que foi estabelecido entre a CML e a ALGAR, previa a construção de um Aterro Sanitário para 30 anos, passaram pouco mais de 15 anos, e este já está esgotado, a ponto de necessitar de duas novas células. Também consta, que terão sido depositados neste Aterro Sanitário, materiais que não foram pré-processados, o que poderá ser uma razão para o esgotamento do mesmo. Também estavam previstas as ligações de infraestruturas dos sistemas de águas e esgotos, às populações de Vale Maria Dias, Cortelha e Barranco Velho. Questionou o Executivo sobre, a quem competiria a construção do eventual depósito, que é o cerne da não ligação, às infraestruturas. Decorridos tantos anos, conclui que os Executivos da CML não estão a acompanhar este processo.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse que a Bancada do PSD não tinha a intenção de votar favoravelmente esta proposta, exatamente pelas razões evocadas anteriormente pelos senhores Deputados Municipais, pelo que, se congratula com a proposta de retirada desta matéria, vinculada pelo senhor Deputado Calçada Correia (PS), até que a ALGAR informe, das diligências que irá tomar, para cumprir com o resto das contrapartidas acordadas. Aproveitou ainda a intervenção para lançar um Repto ao Executivo Camarário, para propor junto da ALGAR, a constituição de um Fundo Verde, para resolver problemas ambientais, que são naturalmente colocados a este Município, pela receção dos resíduos de outros Municípios do Sotavento.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que concordando com o que foi dito, disse ainda que, sobre o funcionamento do Aterro Sanitário, este sempre teve problemas e sempre foi alvo de denúncias, devendo a CML pressionar a ALGAR, para que cumpra com as normas.----------
---

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir)**, que disse ser um dos membros da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, desde há 6 anos, que antes era mensal mas que agora é trimestral. Referiu que é triste verificar que nas atas, que podem ser consultadas, estas contrapartidas que têm sido aqui faladas, vão sempre passando para a ata seguinte. Só nos últimos tempos, é que começaram a ser cumpridas algumas contrapartidas, nomeadamente o abastecimento de água a estas localidades, Barranco Velho, Cortelha e Vale Maria Dias, e a pavimentação, já feita por este Executivo, com o Concurso adjudicado pelo Executivo anterior, foi concluída. No entanto O executivo devia pressionar as Estradas de Portugal, porque a EN n.º 2, não vai aguentar muito tempo, com aquela circulação rodoviária, aqueles circuitos diários, já se começa a notar a ondulação no asfalto, e o seu deterioramento. Quanto aos esgotos, ainda estão por concluir. Por outro lado, as populações e aquelas áreas, têm sofrido bastantes prejuízos com a construção destas células, no âmbito ambiental, a nível de maus cheiros, e hoje está a ser discutida a autorização para a construção de mais células. Por fim disse que, subscreve na íntegra tudo o que foi dito anteriormente

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

pelos senhores Deputados Municipais, e que a Serra do Caldeirão não quer ser o Aterro do Lixo.----------

---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que relativamente a esta proposta, disse que se trata de um Pedido de Reconhecimento Público Municipal que não tem nada a ver com os anteriores. Trata-se de uma proposta que visa a ampliação do Aterro Sanitário atual, com mais 2 células, esclarecendo ao senhor Deputado Fernando Santos (PS), que tinha dúvidas sobre se este assunto deve ser tratado desta forma, quanto à legislação, disse que este era o lugar para o assunto ser discutido, porque é a própria CCDR que toma a iniciativa de solicitar à CML, a elaboração de uma proposta para ser submetida a este órgão, que é a Assembleia Municipal, para o Reconhecimento do Interesse Público Municipal. Contudo, outra coisa são os compromissos assumidos em 1997, ano em que este Município acolheu aquele Aterro Sanitário Regional. Disse desconhecer a existência de qualquer documento escrito que faça referência às contrapartidas, apesar de saber que elas existiram e considera insultuoso e intolerável, da parte da ALGAR, que até hoje passados tantos anos, 3 miseras obras de compensação, para aquelas populações, não tenham sido executadas. Subscreve tudo o que foi dito, e concorda a necessidade de haver um acompanhamento mais próximo, e com a retirada desta proposta. No seu entender a ALGAR tem que saber que tem que cumprir com os compromissos estabelecidos com este Município. Se a ALGAR, esgotou em tão pouco tempo, aquelas células do Aterro Sanitário, é porque as normas que regulam a sua utilização provavelmente não foram escrupulosamente cumpridas, foram trazidos factos a esta Assembleia Municipal que comprovam esta situação. Neste momento a ALGAR é uma empresa privada, a CML tem uma participação, e como tal, temos o direito de defender o nosso Interesse Público. Disse ainda que, esta proposta iria ser retirada, e que iria ser elaborado um documento, sobre o que se passou nesta sessão da Assembleia Municipal, onde seria tudo explicado à ALGAR, e à Tutela Ministerial, inclusive, sobre o que foi prometido há tantos anos, apesar de ter havido uma grande abertura por parte do atual Presidente da ALGAR, Eng.º Macário Correia, e de se ter conseguido concluir pequenas obras, ainda existem compromissos a serem cumpridos, e que iria diligenciar

no sentido de garantir tudo o que está comprometido.----------
---

De acordo com o que o foi dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, e em virtude das intervenções por parte das várias Bancadas, relativamente ao incumprimento pela ALGAR das contrapartidas acordadas para a localização do Aterro Sanitário, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, retirou de votação** esta **Proposta 68/2015- Deliberação** relativa ao **Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Aterro Sanitário do Sotavento ALGAR, SA para ocupação de solos da REN;**-----
---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato às propostas seguintes da INFRALOBO, E.M.;----------
---

f)- Proposta 69/2015- Deliberação relativa ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual;----------
---

g)- Proposta 70/2015- Deliberação relativa ao Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual;----------
---

h)- Proposta 71/2015- Deliberação relativa ao Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais da INFRALOBO, E.M., para efeitos do previsto na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual;----------
---

Para apresentar estas 3 propostas, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, que referiu que se trata de 3 Regulamentos, que fazem parte de um processo de revisão que foi iniciado há alguns meses, e que após um período de auscultação pública, um período de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR, estes documentos vêm a esta Sessão da Assembleia Municipal, para aprovação final. Disse ainda que, todas as recomendações feitas pela ERSAR foram acolhidas, e todas as

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

propostas recomendadas pela Bancada do BE, foram consideradas. Relativamente às duas questões colocadas pela Bancada do BE, disse que no que diz respeito ao Projeto de Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da INFRALOBO, a questão colocada de contabilização do afluente de esgoto doméstico tratado, este assunto foi falado numa sessão de esclarecimentos, promovida pelo Executivo, com os Presidentes dos Conselhos de Administração das Empresas Municipais e os senhores Deputados Municipais, mas esta questão não consta no Regulamento porque não tem enquadramento regulamentar.----------
Quanto à outra questão, sobre o Regulamento de Tarifa da Qualidade das Infraestruturas do Ambiente da INFRALOBO, esclareceu que o valor é determinado por um princípio que está referido na página 16 do documento, e na página 18 do ficheiro, que é o princípio da equivalência económica, entre os custos da atividade e a receita obtida. Esta é uma situação que funciona ao contrário, é estimado aquilo que são os custos, a projeção dos custos com a manutenção da qualidade das infraestruturas, e daí para trás, em função daquilo que são os históricos de consumo, procura-se encontrar a tarifa que consegue suprir o custo que se tem com esta atividade, é este o princípio que é tomado, é um trabalho de estimativa, num horizonte alargado e vinculativo por 5 anos, e que terá algumas fragilidades. Por fim disse que estes 3 Regulamentos estão em condições de merecerem aprovação final. Ainda relativamente à não contabilização dos caudais dos esgotos, disse que essa questão foi abordada na sessão de esclarecimentos, tida com os senhores Deputados Municipais, e que esta questão não é tão fácil quanto tecnicamente possa parecer, mas que foram aqui, nessa sessão, assumidos alguns compromissos, no sentido de começar a desenvolver intervenções piloto em 2016, a que seria dado conhecimento aos senhores Deputados Municipais, de cariz mais técnico, e que essa questão e outras, possam voltar a ser discutidas. Este processo de revisão dos Regulamentos de Tarifários, deixou muito claro que as realidades, apesar de muito próximas, são muito diferentes.----------
---

Não havendo intervenções sobre estas propostas, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou as mesmas a **votação**, separadamente;--------
---

f)- Proposta 69/2015- Deliberação relativa ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual, a proposta foi **aprovada por maioria**, com 33 votos a favor, 1 voto contra (CDU, e 1 abstenção (BE).------
---

g)- Proposta 70/2015- Deliberação relativa ao Regulamento da Tarifa de Qualidade das Infraestruturas e Ambiente da INFRALOBO, E.M, conforme estabelecido na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual, a proposta foi **aprovada por maioria**, com 33 votos a favor, 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE).----------
---

h)- Proposta 71/2015- Deliberação relativa ao Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais da INFRALOBO, E.M., para efeitos do previsto na alínea g) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro; a proposta foi **aprovada por maioria**, com 33 votos a favor, 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE).----------
---

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que leu uma Declaração de Voto do BE relativamente à votação dos Regulamentos da INFRALOBO, E.M., alíneas f), g) e h) da Ordem de Trabalhos desta Sessão:----------
---

----------Bloco de Esquerda----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015----------
---

DECLARAÇÃO DE VOTO----------

Alíneas f), g) e h) da OT; REGULAMENTOS DA INFRALOBO----------
---

*O BLOCO DE ESQUERDA **VOTA ABSTENÇÃO** porque:----------*

1- reconhece a necessidade da adaptação dos regulamentos à nova legislação, o que considera um passo positivo no sentido da transparência das contas municipais;----------

2- a existência de duas empresas mistas municipais (INFRALOBO e INFRAQUINTA) para gerir os mesmos serviços em duas áreas quase ligadas, não permite a rentabilização de meios, conduzindo a custos de exploração mais elevados, que acabam por gerar maiores encargos para os munícipes, situação com que não concordamos como temos afirmado em todas as nossas intervenções sobre esta matéria.----------

Loulé, 29 de Dezembro de 2015----------

Pelo Grupo Parlamentar do BE----------

(Rogério Rochinha)----------

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato à proposta seguinte:----------

i)- Proposta 72/2015- Deliberação relativa à Assunção de Compromisso Plurianual para a Celebração de Protocolo de Cooperação para a animação da Zona de Intervenção da Estratégia de desenvolvimento local para o "Interior do Algarve Central" e atribuição de comparticipação financeira à Associação IN LOCO, conforme previsto no artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro na sua redação atual;----------

Para apresentar esta proposta foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, que disse que esta proposta é um pedido de autorização para um compromisso plurianual, que assenta num protocolo, que é uma reedição de um instrumento que já existiu no anterior quadro comunitário, em que as várias Câmaras Municipais, neste caso em concreto, a CML e a Associação IN LOCO, criam uma parceria que permite suportar uma estrutura técnica que dá apoio às chamadas Zonas de Baixa Densidade. Para esse apoio, que é do interesse de vários municípios, desses territórios,

a CML propõe-se a assumir um determinado valor, encargo financeiro anual, que ajudará a suportar a despesa da unidade que fará a promoção no âmbito do que é chamado DLBC Rural, do Algarve Central, que é a que está ligada à Associação IN LOCO, esta vai assumir um papel fundamental, o papel de pivot de promoção, de informação e projetos, que visam aproveitar os instrumentos financeiros, que estão destinados aos territórios de baixa densidade.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que disse que a Bancada do PSD irá votar favoravelmente esta proposta, mas que o próprio irá abster-se em resultado de algumas experiências do passado que teve com estas Associações, ditas de desenvolvimento local, que gastaram milhões de euros de fundos comunitários, e que ainda hoje se espera ver resultados. Como tem sérias dúvidas, irá abster-se nesta votação.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que disse que pelas informações tiradas, concluiu que a Associação IN LOCO até tem feito um trabalho bastante interessante, no entanto solicitou ao Executivo esclarecimentos, sobre o ponto 3 do artigo 4.º, no caso da revisão do protocolo, essa revisão virá à Assembleia Municipal, ou não? Segunda questão, porquê até 2022? E como diz que o protocolo vai ser renovado automaticamente em cada ano civil, existem parâmetros de avaliação para que este seja renovado anualmente?----------
---

Para proceder aos esclarecimentos, foi novamente concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, **Hugo Nunes**, que disse que este protocolo foi presente a esta Assembleia Municipal, não pelo documento em si, mas sim pelas responsabilidades financeiras que ele acarreta. A revisão do protocolo terá que vir imperativamente à AM, se houver alterações de responsabilidade financeira para o Município. Se isso não se verificar, não tem a obrigação de vir à AM. A CML poderá dar conhecimento a este órgão, se e, caso existam alterações. Quanto à questão da renovação anual e se haverá, ou não, parâmetros de avaliação, estes são os parâmetros de acompanhamento que é desenvolvido no trabalho anual. O protocolo tem também uma cláusula que permite a sua revogação, por qualquer uma das partes, com uma antecedência de 90 dias. Quanto à questão da data de

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

2022, esta tem a ver com o período de programação do quadro comunitário.-
---
Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por maioria**, com 33 votos a favor e 2 abstenções (CDU e PSD).----------
---
Dando-se continuidade aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** retomou a Ordem de Trabalhos, passando de imediato à apreciação da seguinte informação:----------
---
j)- Apreciação da Informação relativa à Proposta de Extinção do Procedimento Concursal de Recrutamento e Seleção para Provimento em Regime de Comissão de Serviços no Cargo de Direção Superior de 1.º Grau Diretor Municipal de Administração Geral, publicado no Diário da República, n.º43, 2.ª Série, de 03 de Março de 2015, pelo aviso N.º2339/2015 e na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta N.ºOE201503/0009;----------
---
Sobre esta informação, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que a mesma ocorre na sequência da aprovação da nova orgânica da CML, feita na sessão anterior, desta Assembleia e também pelo facto de tal implicar o fim dos trabalhos, de um júri que foi eleito neste órgão, e assim será comunicado aos candidatos que este Concurso foi extinto.----------
---
Pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, que relativamente a este assunto disse que, apesar de não pertencerem ao grupo dos "bestfriends", nem se prevê que o venham a fazer, quando esta Bancada deteta uma desconformidade legal, por uma questão de lealdade politica, e institucional, é o dever desta Bancada, alertar para essa situação, que foi o que fizeram, neste caso em concreto. Congratulou-se com esta decisão do Executivo.----------
---
De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que quis apresentar a todos os presentes, votos de um bom ano de 2016.---------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Terminadas todas as intervenções, e concluída a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos os presentes, votos de um bom ano de 2016, em que todos tenhamos uma vida melhor e que o nosso País possa ter um progresso, sentido por todos e por fim deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------
---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____
A 1ª SECRETÁRIA_____
A 2ª SECRETÁRIA_____

Recebido
Sessão 14/12/2015

MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA ENFERMEIRA TELMA MENDES

No passado dia 24 de novembro, faleceu a Enfermeira Telma Luísa Gago Neto da Silva Mendes, de 42 anos de idade e que faria amanhã, dia 15 de dezembro, 43 anos

Filha de Luís Fernando da Silva Mendes e de Maria Adelaide Gago Neto, estudou nas escolas do concelho até ao ensino secundário e concluiu o Bacharelato (em 1994) e a Licenciatura em Enfermagem (em 2007), ambos pela Universidade do Algarve, em Faro, com média final de 15 valores.

O povo de Salir, em especial, ficou mais pobre com o falecimento da Enfermeira Telma.
Com efeito, a Enfermeira Telma Mendes, que era uma pessoa de trato muito fácil e simples, trabalhou ali cerca de 17 anos, sempre com um sorriso no rosto que era a sua marca de referência e que indelevelmente simbolizava a grande empatia que tinha com as pessoas, as quais, de modo recíproco, nutriam por ela grande respeito e tinham em grande consideração a sua ação. Exemplo disso foi o numeroso público de Salir que esteve presente na sua cerimónia fúnebre.

Acalentou desde muito nova o sonho de ser enfermeira. Ciente das dificuldades financeiras da família, ocupava os verões a trabalhar de forma a amealhar o suficiente para concretizar tal objetivo, o que veio a conseguir em 1994.

Para além da inegável ajuda aos seus mais próximos, desmultiplicando-se em diversas funções e com sacrifício das suas horas de repouso, foi também muito dedicada a fazer bem àqueles que mais precisavam e que a si recorriam. Na verdade, foram vezes sem conta, aquelas em que a Enfermeira Telma transportou, na sua viatura pessoal, utentes do Hospital Distrital de Faro para Salir.

Para além do Centro de Saúde de Salir, desempenhou com, igual zelo, funções em outros locais ou instituições, tais como na Santa Casa da Misericórdia de Loulé, na Clínica de São Clemente, na Unidade Móvel de Saúde pertencente à Câmara Municipal de Loulé e no Centro de Saúde de Loulé. Foi colaboradora ainda da Associação dos Amigos de Querença.

Era dadora de medula óssea no Hospital Distrital de Faro e não foram raros aqueles que beneficiaram de tal facto. Apesar de tão jovem deu o melhor de si para o bem comum.

Em sinal de reconhecimento e para que o tempo não esfume o exemplo que nos deixou, o grupo parlamentar do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal de Loulé, presta, pois, as devidas homenagens à memória e ao exemplo da cidadã Telma Luísa Gago Neto da Silva Mendes, julgando assim interpretar o sentimento de toda a comunidade Louletana e, em especial, a Salirense bem como de todos aqueles que com ela tiveram o privilégio de privar.

De igual forma, o Grupo parlamentar do PS solicita aos restantes grupos parlamentares que se associem a esta moção de pesar.

Que a sua alma descanse em paz.

Loulé, 14 de dezembro de 2015

Entregue na sessão da AML de 11/12/2015, em Almancil.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

MOÇÃO

Suspensão imediata das portagens na Via do Infante!

1. No dia 8 de dezembro de 2015 completaram-se 4 anos sobre a introdução de portagens na A22, também conhecida por Via do Infante, pelo então governo do PSD/CDS, os resultados desta medida trágica e injusta estão à vista de todos, com destaque para o aumento da sinistralidade na EN 125.

2. A provar o que se afirma, basta obserar os recentes dados fornecidos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: nos últimos 12 meses, entre 8 de maio de 2014 e 7 de maio de 2015, morreram no Algarve 30 pessoas (mais de 2 por mês), a maioria na EN 125, o que representa um aumento de 50% em relação aos 12 meses anteriores, com 20 mortes; entre 1 de janeiro e 7 de maio de 2015 verificaram-se 11 mortes contra 10 no mesmo período do ano passado, 50 feridos graves contra 44 em 2014, enquanto os acidentes de viação somaram 2651 quando em 2014 atingiram 2399, ou seja, mais 252 acidentes do que no mesmo período do ano anterior; o distrito de Faro figura no topo da sinistralidade a nível nacional, com uma média anual de 30 mortos e 150 feridos graves e a aumentar cada vez mais; na região ocorre uma média de 23 acidentes por dia, ou seja, quase 700 acidentes por mês – um verdadeiro estado de guerra permanente no Algarve.

3. A requalificação da EN 125 continua a marcar passo e esta via degrada-se cada vez mais aumentando o risco de acidentes, enquanto o antigo governo, através da Estradas de Portugal, procedeu à anulação da construção de importantíssimas variantes à EN 125 nos concelhos de Lagos, Olhão e Tavira, e à EN 2, entre Faro e S. Brás de Alportel.

4. As portagens conduziram à perda elevada de competitividade do Algarve em relação à vizinha Andaluzia, regredindo cerca de 20 anos. Sem contar que as portagens contribuiram para o agravamento dramático da crise social e económica no Algarve, uma região que vive quase exclusivamente do turismo, com inúmeras falências e encerramentos de empresas e cujo desemprego continua a atingir dezenas de milhares de pessoas.

5. As portagens também violam tratados internacionais sobre cooperação transfronteiriça, como o Tratado de Valência, assinado entre Portugal e Espanha e de onde deriva a Euroregião Algarve-Alentejo-Andaluzia;

6. A Via do Infante não apresenta características técnicas de auto-estrada e foi construída fora do modelo de financiamento SCUT, em que maioritariamente foi financiada com dinheiros da comunidade europeia.

Pelas razões enumeradas a Assembleia Municipal de Loulé reunida em sessão de 21 de Dezembro de 2015 reafirma a sua determinação de se bater para que sejam abolidas todas as portagens da Via do Infante!
A bem do Algarve e para o Bem dos Algarvios!

Almancil, 11/12/2015

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Álvaro Delgado

Nota: Que esta moção seja enviada à Assembleia da República